

A CONDIÇÃO SÓCIO-CULTURAL DOS NEGROS DA COMUNIDADE DOS BAGRES NO MUNICÍPIO DE VAZANTE (MG): PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES¹

Pedro Machado de Oliveira

Mestre em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia – UFU
quilombodosbagres@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho analisa o modo de vida dos negros da comunidade dos Bagres, localizada no município de Vazante-MG, de forma a compreender como descendentes de escravos vieram a se tornar proprietários de terras. A propriedade da terra deu-lhes a condição de sedentários, não sendo necessários constantes deslocamentos em busca de terras cultiváveis. Tendo a terra como base de sua reprodução, os negros desenvolveram os seus meios de vida de acordo com as necessidades e possibilidades de seu tempo. A produção camponesa de subsistência na comunidade dos Bagres dava-se de acordo com a utilização da mão-de-obra familiar e com a eventual solidariedade de vizinhos na forma de mutirão; mas também de modo que se observassem os ciclos da natureza, que marcavam épocas de fartura na produção e épocas em que passavam por privações. O estado atual de intenso parcelamento das propriedades na comunidade dos Bagres mostra que a herança, como instituição contraditória, ao garantir o direito à terra aos herdeiros, promove a sua fragmentação. As transformações ocorridas na produção local, a partir da década de 1980, foram provocadas pela incorporação das terras de cerrado e incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, tais como a mecanização, fertilização química do solo, seleção de sementes e raças bovinas para produção de leite.

Palavras-chave: Comunidade. Subsistência. Camponeses. Mercado. Cultura.

THE SOCIOCULTURAL CONDITION OF THE BLACKS IN THE BAGRES COMMUNITY IN VAZANTE (MG): OWNERS AND PRODUCERS

ABSTRACT

The work initially analyzes the way of life of black people in the 'Comunidade dos Bagres', in Vazante-MG, so that we can understand how slaves descendents became landlords. The property of the land gave them the condition of sedentary people, so that they did not have to look for arable lands. Having the land as a base for reproduction black people developed their own way of life in agreement with the needs and possibilities of the time. The subsistence country production in the 'Comunidade dos Bagres' was held according to family labor and with the eventual solidarity of neighbors in the collective effort form. It also depended on the observation of the cycles of nature, which would mark abundance times in the production as well as times of privations. The current intense division of the properties in the 'Comunidade dos Bagres' shows that, inheritance as a contradictory institution when guaranteeing the right to the heirs, also promotes fragmentation. The local production changes in the 80s were provoked by the incorporation of the savannah lands and new technologies to the productive process, such as the mechanization, chemical fertilization of the soil, selection of seeds and bovine races for production of milk.

Keywords: Community. Subsistence. Peasants. Market. Culture.

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado "As Heranças Culturais e as Relações de Produção na Comunidade Negra dos Bagres no Município de Vazante-MG", defendida em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, e revisado para esta edição.

INTRODUÇÃO

Este texto busca analisar como se deu a reprodução sócio-cultural e econômica dos negros da comunidade dos Bagres. Analisaremos o uso econômico da terra, o modo de vida dos camponeses locais e as estratégias de transmissão da propriedade e a inevitável fragmentação da terra que ocorre através dos sucessivos processos de herança.

A comunidade dos Bagres, assim como definem os próprios moradores, é formada por uma população exclusivamente negra na área rural do município de Vazante-MG. Tal comunidade tem sua história ligada à cidade de Paracatu-MG durante o ciclo do ouro, pois se formou originalmente por negros que trabalhavam nas minas de ouro desta cidade. Fixaram-se nas terras férteis, as terras de cultura, ao longo do córrego que veio se chamar “Córrego dos Bagres”. O nome do córrego e da comunidade se deu devido à abundância deste peixe.

Trataremos, neste texto, os negros da comunidade então como proprietários, apesar de não termos identificado com clareza em que momento histórico eles tornaram-se definitivamente proprietários. De acordo com relatos dos próprios moradores, principalmente aqueles mais idosos além de analisar inventários que datam do início do século XX com idade bem avançada, podemos concluir que a comunidade tenha se formado aproximadamente há 2 séculos. Os inventários analisados na Comarca de Paracatu-MG foram de Angélica de Oliveira Costa, Galdino Mendes da Silva e Bonifácio Mendes da Silva. As terras do atual município de Vazante, no qual se localiza a comunidade, já pertenceram ao município de Paracatu, a emancipação ocorreu em 1957, daí o vínculo entre as duas cidades.

Os proprietários afirmam com naturalidade que suas propriedades foram obtidas por meio de doações ocorridas ainda no final do século XIX. Essa idéia é de senso comum entre os moradores, mas para nós, não nos convém colocar como uma afirmativa concreta e clara, já que não foi possível, por vários motivos, chegar à origem primeira das propriedades.

A fragmentação das terras surge como alternativa para prover os filhos de herança, já que sempre as famílias aumentam, mas nem sempre se encontram terras disponíveis para esses novos herdeiros. Nesse sentido, a migração de parte da população local surge como consequência do contínuo processo de fragmentação das propriedades. Famílias inteiras, ou apenas os jovens, principalmente os rapazes, migram seja para outras áreas rurais na condição de empregados, seja para pequenos ou grandes centros urbanos. Sejam os que se mantêm na terra, sejam os que migram, ambos, em um ponto estão ligados: o fato de todos terem direito à herança. Daremos enfoque neste artigo a este processo de transmissão das propriedades para os herdeiros na comunidade dos Bagres.

A herança nos Bagres aparece sendo transmitida de modo que nem sempre sigam regras tradicionais, mas de acordo com a conveniência. As condições e o interesse de um ou de outro entre os herdeiros de adquirir as outras partes da herança, pode evitar o intenso fracionamento da propriedade. Diante do contexto, aparecem alternativas para se definir quem fica com a terra. Surgem muitas possibilidades: uma delas é o filho mais velho que se casou e assume as responsabilidades que antes eram dos pais; em outra o irmão que compra a parcela da irmã casada ou ainda o filho que tem mais afinidade com o trabalho na terra. A filha tem parte igual na herança, mas nem sempre fica com a terra. Para aqueles que saem da unidade de produção familiar, existem alguns arranjos. O filho que tem mais aptidão com a vida escolar recebe apoio da família. Aquele que não tem muita afinidade com o trabalho agrícola vende a sua parte da herança para aquele que fica. A filha que se casa geralmente vende sua parcela ao irmão também casado. Como vimos, são múltiplos os arranjos e muitas as possibilidades de se manter a unidade de produção familiar entre os herdeiros.

OS NEGROS COMO PROPRIETÁRIOS DE TERRAS

Não se sabe ao certo a época da constituição da comunidade, mas como já indicamos baseados em relatos feitos pelos mais antigos moradores, a comunidade está constituída há mais ou menos 200 anos. De acordo com informações dos próprios membros da comunidade, ainda durante o ciclo do ouro, negros escravos oriundos da atividade extrativa de ouro na cidade de Paracatu-MG, organizaram-se na forma de quilombo no lugar que posteriormente denominaram como sendo “os Bagres”.

A partir da ocupação das terras na condição de quilombolas, os negros da comunidade dos Bagres tornaram-se proprietários após legalizarem as propriedades por meio de documentos que comprovam de fato as suas posses. Em alguns casos esses documentos não se encontram atualizados, são situações nas quais os donos só têm uma procuração como documento comprobatório da posse, sendo poucos os casos em que o proprietário dispõe da escritura atualizada de sua propriedade.

Depois de realizar diálogos, principalmente com os membros mais idosos e que sempre viveram no lugar, foi possível observar alguns desencontros nas informações sobre a origem dessas propriedades. Desencontros estes que, depois de analisados com ajuda dos próprios moradores, foram compreendidos na perspectiva dos vários arranjos que a comunidade acabou criando para proteger o seu espaço. Os membros da família “Mendes da Silva” afirmam que, as terras hoje divididas entre os inúmeros herdeiros descendentes do Sr. Galdino Mendes da Silva, foram frutos de compra. E de fato foram, não aceitam a idéia de que suas terras tenham sido frutos de doação.

Já os membros da família “Oliveira Costa” dizem com convicção que suas terras foram doações feitas pela Princesa Isabel ainda no final do século XIX. Até hoje julgam-na como uma autoridade que se sensibilizou frente à difícil situação do negro na época da escravidão. Conseguem perfeitamente compreender que, logo após este período, o fazendeiro ou o dono da mina não tinha mais obrigações para com sua alimentação. No entendimento dos membros da comunidade, seria justo que fossem feitas doações de terras em seu favor. Deixam transparecer em suas expressões um aparente gesto de gratidão por tal ato.

Com o avanço nas pesquisas e com as informações recebidas de um dos mais velhos membros da comunidade percebemos que aqueles desencontros nas informações tinham outros significados. De fato as terras de Galdino Mendes da Silva foram compradas e, por coincidência, de um dos antigos herdeiros da família Oliveira Costa. Isso nos levou a entender que as terras tinham inicialmente única origem, ou seja, pertenciam a membros desta última família. As duas famílias são as mais numerosas do lugar e muitos casamentos ocorrem entre ambas, embora possam ocorrer entre membros da mesma família. Há então uma complexa rede de parentesco, destas em que rapidamente se chega à conclusão de que realmente todos são parentes. Em se tratando de herança ocorrem casos em que o marido tem sua sede onde é herdeiro, porém tem pastos para seu gado na parte que corresponde à herança de sua mulher.

Após a análise dos inventários de terras feitos na primeira metade do século XX, nas décadas de 1930 e 1940, de Angélica de Oliveira Costa, Galdino Mendes da Silva e Bonifácio da Silva, não identificamos como foi o acesso à terra, já que os mesmos não descrevem como tal propriedade foi adquirida, nem ao menos cita a filiação daquele inventariado. Em todos eles, que na verdade constitui a totalidade das terras da comunidade, foi encontrada a seguinte informação em comum: “julgado por sentença em 1946” no caso de Angélica de Oliveira Costa, nos outros dois casos, mudam-se apenas as datas.

Podemos, então, pensar a propriedade da terra nos Bagres como sendo resultado da ocupação pelos negros durante os anos do regime escravista, período em que o homem (negro) era escravo porém, a terra era livre. Consideramos aqui como “terra livre” o período que marca o início da ocupação do território brasileiro até o ano de 1850 em que o acesso à terra no Brasil era por doações feitas pelos portugueses. Com a Lei de Terras de 1850, o acesso a mesma só poderia ser através da compra e venda.

No caso da comunidade dos Bagres a ocupação das terras deu-se enquanto ela era livre, antes de 1850. Porém, a condição dos negros como ocupantes da terra propiciou a sua regularização, assim assumiram a condição de proprietários de terras.

Embora os próprios membros da comunidade, durante todo o período da pesquisa, tenham se definido como pertencentes a uma “comunidade” rural de negros, entendemos que a comunidade dos Bagres reproduziu-se, desde sua origem, como uma comunidade camponesa – observadas as suas especificidades históricas e culturais, pois aparecem aí condições para que ela seja assim definida.

Não é objetivo para este texto tecermos profundas discussões ou posicionamentos acerca do termo “camponeses”, ou da economia camponesa, bem como não pretendemos analisar as

suas faces nos distintos momentos históricos; queremos somente situá-los como camponeses que conseguiram se reproduzir de acordo com as possibilidades do seu tempo e alguns atributos próprios, que nos levaram a pensá-los como tal.

A produção na propriedade camponesa, além de ser realizada sem o pagamento de salário - uma vez que este é substituído pela mão-de-obra familiar e pela solidariedade dos vizinhos - é proporcional ao número de braços existentes na unidade de produção. É o que indica Brandão (1986), quando afirma que o trabalho produzido por um filho é sempre maior do que os seus gastos:

Um filho normalmente produz mais para a família do que consome e o conjunto dos vários filhos adolescentes e jovens permite à família camponesa o abandono quase completo do trabalho assalariado complementar feito por estranhos (BRANDÃO, 1986, p. 45-46).

Apesar de o trabalho familiar ser a organização social mais característica na comunidade dos Bagres, nem sempre a produção poderia ser realizada com a utilização apenas da mão-de-obra doméstica, principalmente, nos períodos de colheita. Em momentos de urgência, contavam com a colaboração dos vizinhos. Dentre as formas de auxílio, o mutirão foi o recurso comunitário de maior destaque, sendo que o “ajuntamento dos trabalhadores” era organizado pelo dono da roça. A vizinhança, ao receber o convite, logo se dispunha a ajudar, pois já sabiam que o chamado não era apenas para o trabalho, algo que também os interessava era oferecido: a festa. Assim, Antônio Cândido define o mutirão quando descreve os modos de vida “caipira” no interior do Estado de São Paulo:

(...) consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudar a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. (CÂNDIDO, 1982, p. 68).

Atualmente, embora não muito comum, alguns proprietários do lugar, de tempos em tempos, promovem um mutirão geralmente para bateção de pasto. A limpeza da roça ou colheita que até duas décadas eram os motivos dos mutirões hoje não existem mais já que o produtor se especializou na produção de leite, abandonando definitivamente o plantio de alimentos.

A propriedade da terra e dos meios de produção, a utilização da mão-de-obra familiar sem a existência de salários, a produção destinada à reprodução da família e da comunidade, com eventuais sobras para o mercado e, somando-se a isto, a criatividade e a capacidade de desenvolver estratégias de produção de acordo com as possibilidades do meio no qual estão instalados, as estratégias comunitárias de ajuda mútua e as festas foram os elementos que nos permitiram situá-los como sendo camponeses.

Não queremos afirmar que, para serem camponeses, sejam necessárias todas as condições supracitadas. O fato de estarem pouco integrados ao mercado, em certas épocas, e posteriormente virem se integrar a esse mercado, não os afastou da condição de camponeses; o que ocorre são adaptações nos seus modos de produzir e nos seus meios de vida.

Assim entendemos que os camponeses não deixam de ser camponeses por estarem integrados ao mercado. Santos (1993), da mesma forma, entende que ele não deixa de ser camponês para ser um burguês, simplesmente por que se torna um conhecedor do mercado ou porque nesse processo deixa de ser inocente. Ainda sobre a relação do camponês com o mercado o autor afirma:

A relação do camponês com o capital é marcada por possibilidades de transformação desse produtor familiar. Em síntese, reprodução e eliminação. Perceber nesse movimento que o camponês não é uma criatura indiferente às transformações desse mundo significa entendê-lo como sujeito dinâmico de dentro do modo de produção capitalista. (SANTOS, 1993, p. 32).

A sua vinculação com o mercado não é suficiente para transformar por completo o camponês, pois esse vínculo não vai impedir que ele continue produzindo o seu próprio modo de vida; não

se pode, por esta contingência, dar a ele nova classificação. Assim, os modos de vida, o trabalho e a relação com a terra, os processos de fragmentação e transmissão da terra são estratégias criadas pelos próprios camponeses buscando a reprodução física, cultural e econômica dos membros da comunidade dos Bagres.

A PROPRIEDADE DA TERRA E OS PROCESSOS DE TRANSMISSÃO POR HERANÇA

A terra constitui-se no único meio de produção e reprodução física e cultural dos membros da comunidade dos Bagres. Para eles, somente com o trabalho na terra permitia que as sucessivas gerações fossem se reproduzindo.

Mas como a fragmentação apresenta limites, sobretudo para a reprodução física da família, não são todos os membros que permanecem na unidade de produção familiar. Na comunidade as elevadas taxas de natalidade trazem como resultado uma equação contraditória. Ao mesmo tempo em que garante farta mão-de-obra para o desempenho das atividades agrícolas, essa prole numerosa, mais cedo ou mais tarde não terá como se reproduzir na propriedade paterna; a propriedade, no entanto, deverá ser partilhada entre os herdeiros.

Historicamente, em épocas remotas de vazios demográficos e de disponibilidade de terras virgens o que se via era a manutenção da propriedade original por um dos herdeiros e o avanço da maioria dos outros membros para novas áreas. No caso da comunidade dos Bagres, apesar de termos afirmações de seus membros mais idosos nesse sentido em que falamos, inclusive da rotação de terras dentro dos limites territoriais da comunidade, parece não ter havido tempo em que fosse possível o domínio e a incorporação de novas áreas como extensão e continuidade da comunidade dos Bagres.

Não havendo novos espaços, a fragmentação é inevitável. O fato é que dividir a terra entre todos os herdeiros, dando-lhes o que é de direito, torna-a muito pequena, a ponto de não se poder mais reproduzir somente por meio do trabalho na terra. Margarida Maria Moura em seu trabalho "Os Herdeiros da Terra", (1978), sobre um bairro rural no Sul de Minas, percebe que existe entre aqueles moradores a idéia de que a propriedade deve ser poupada, ao máximo, da fragmentação. A mesma idéia é compartilhada entre os moradores dos Bagres, mas impedir que ela se realize exige da família arranjos complexos.

Assim como ocorreu na comunidade onde a autora realizou seu estudo, esta idéia geralmente não se torna fato, ou seja, torna-se praticamente impossível manter intacta uma propriedade quando o seu proprietário tem muitos herdeiros. Nesse caso, poupar a propriedade da fragmentação significa vedar a alguns o acesso à terra, fato que contraria primeiramente as leis vigentes no país e os costumes do lugar, que colocam claramente, que todos têm direitos iguais em se tratando de herança.

Adotar modelos que dão preferências a alguns em detrimento de outros apenas para justificar a idéia da não fragmentação, parece não concordar com as normas tecidas historicamente entre os membros da comunidade. Isto quer dizer que, se a preocupação é não promover o fracionamento da propriedade, outros artifícios ou estratégias têm de ser elaborados para que os direitos garantidos em lei e pelos costumes não sejam burlados. A autora ao discutir o papel da herança na continuidade da vida no povoado de São João de Cristina no Sul de Minas Gerais, observa que ela cumpre uma função bem definida:

Observa-se deste modo não só o acesso à terra e este na época (ou épocas) tida (s) como apropriada(s), mas um acesso à terra que tem dimensões o mais possível semelhantes à que tiveram os membros da geração anterior. Isto significa poupar as propriedades na medida do possível da fragmentação. Mas como a fragmentação sempre acontece, essas regras asseguram a sua existência em escala menor. Repor o patrimônio territorial é ali mais do que colocá-lo nas mãos dos descendentes diretos de um indivíduo, é assegurar a reprodução da área como camponesa, por que a herança enfeixa um papel importante nesse sentido (p.18).

A herança consiste então em regras que significam a transferência direta do seu possuidor a seus descendentes, ou seja, de pais para filhos. Além das transmissões verticais, aquelas realizadas diretamente entre pais e filhos imediatamente à morte do pai, existem também as transmissões horizontais que significam a transferência de irmãos para irmãos. Este último

caso se dá quando um dos herdeiros se aventura na cidade, cedendo sua parcela a um dos irmãos ou ainda quando irmãos se casam, preferindo vender sua parte na herança e ajudar formar os recursos que, por sua vez, serão o meio pelo qual o marido dela irá comprar a herança de sua própria irmã.

Nesse caso, o irmão que comprou a parte de sua irmã, começa a concentrar terras, colocando em prática uma estratégia muito utilizada para poupar a propriedade da fragmentação, sem que a um ou a outro herdeiro seja negado o direito de acesso à terra. É conveniente lembrar que, nos Bagres, o filho homem adquire a condição de comprador da herança da irmã porque logo ao final de sua adolescência ele pode se iniciar no trabalho fora de casa ou mesmo na propriedade do pai de forma tal que ele comece a assegurar rendas. Geralmente o rapaz, com a renda adquirida no trabalho doméstico ou não, investe na formação de um pequeno rebanho criado ali mesmo na propriedade paterna. Ao que pudemos perceber, a mesma condição não é dada à filha; e assim apenas o filho futuramente poderá concentrar terras de irmãs herdeiras.

Tal como ocorre tradicionalmente em outras regiões do Brasil, por exemplo, em São João de Cristina no Sul de Minas, pudemos perceber que, também nos Bagres, a mulher não é considerada proprietária (fazendeira) mesmo nas condições de igualdade de direito em que a ela está assegurada a sua herança. Seu lote pode apenas ser incorporado ao do marido. Este sim, acaba sendo considerado o proprietário.

Não são modelos a serem seguidos, mas, nos Bagres, a tradição é que o trabalho na roça seja tarefa masculina cabendo à mulher o trabalho na casa. A autora citada menciona as diferenças existentes dentro de uma propriedade agrícola das “unidades de produção” e “unidades de consumo”, cabendo esta à mulher e filhas e aquela ao homem e filhos. Para ela, de acordo com os costumes da comunidade estudada, unicamente pelo fato da mulher, historicamente, não poder cultivar a terra, ela, conseqüentemente não pode ser proprietária.

O fato de não ser proprietária aparece como consequência de situações anteriores, mas aparece como a justificativa de um outro costume desenvolvido tradicionalmente nas duas comunidades: o de não poder negociar a terra e não trabalhar na terra, ou seja, na produção. Analisando a situação descrita acima, pensamos também que a mulher, desprovida de recursos, uma vez que não acumula rendas com o trabalho extra-doméstico como seu irmão, não irá ter condições necessárias para ser a compradora-proprietária de terras.

Até mesmo a herança da mulher passa a ser negociada por intermédio do marido. A venda da sua herança para seu irmão é realizada entre homens. A negociação das terras da herdeira torna-se um negócio de cunhados e não um negócio de irmãos. É importante observar que estamos falando dos costumes adotados nessas duas comunidades estudadas e não estamos afirmando que legalmente a mulher esteja impedida ou não esteja apta para realizar transações comerciais; são apenas costumes que já estão enraizados na cultura daquela comunidade. Parece um ciclo que caminha em um único sentido e que provoca, ao seu final, a transmissão das terras diretamente para os filhos do sexo masculino.

A posse de terras no Brasil sempre foi símbolo de respeito, visto que a propriedade é personificada pelo proprietário e o proprietário é personificado pela sua propriedade, ou seja, vê-se naquela pessoa não apenas uma figura humana, mas alguém que tem posses. Sem exageros, enxerga-se mais do que uma pessoa, ao se olhar para o fazendeiro e, ao olhar para a fazenda, vê-se o seu proprietário e se diz: “esta terra aqui é de fulano”. É a terra funcionando como mercadoria. Dessa forma, sobrevive no meio rural uma concepção tradicional, isto é, uma relação entre o tamanho da propriedade e o poder ou respeito adquirido por seu dono perante os vizinhos. É considerado rico aquele que tem mais terras, mesmo que não trabalhe de forma a lhe assegurar rendas satisfatórias. A simples condição de proprietário lhe dá uma segurança em relação àqueles que são despossuídos de terras. O fato de não ser necessário trabalhar para ninguém como empregado é o desejo de todos aqueles produtores dos Bagres. É por isso que muitos dizem “quem tem terra tem tudo”, ou “O fulano é tranquilo, ele tem muita terra”.

O que é estudado no Estado de São Paulo e no Sul de Minas como “bairro rural” preferimos, no local de nosso estudo, Noroeste de Minas Gerais, onde está o Município de Vazante, utilizar o termo “comunidade” rural ou, embora de uso menos comum, o termo localidade rural. Não admitem a idéia de bairro rural, pois para eles o seu significado só faz sentido para as cidades.

De acordo com Moura (1978), “uma comunidade pode ser uma área contínua de terras, separada de outra(s) por acidentes naturais como rios ou montanhas, onde se desenvolve uma identidade comum entre seus moradores”. Na comunidade dos Bagres, além dos acidentes naturais citados pela autora como um elemento que define uma comunidade, torna-se ainda mais importante a idéia da “identidade comum”. Esta identidade, no caso, é principalmente étnica, porém manifesta-se também no campo religioso ou cultural. Entre os membros de uma comunidade podem ser estabelecidas relações de parentesco e relações de solidariedade entre os vizinhos. Esta identidade comum desenvolvida entre membros de uma comunidade pode também ser observada nos jogos de futebol, nas festas, nos casamentos, nos usos da terra.

O indivíduo de outra comunidade é sempre considerado o de fora, quando tomamos por base aquela em que nos situamos. Se, por exemplo, uma pessoa dos Bagres se casa com uma pessoa de outra comunidade, esta é considerada como uma pessoa de fora, um “estranho”. Parece haver uma identidade formada ao longo dos anos entre os moradores da própria comunidade, por isso preferencialmente as uniões entre casais ocorrem entre os membros do lugar. Inclusive a reprodução sócio-cultural dos Bagres como uma comunidade negra só foi possível a partir da realização de casamentos entre membros da própria comunidade. Isso não é regra, mas historicamente tem ocorrido assim. Isso também não indica que um ou outro morador não possa se casar com membros de outras comunidades.

Por conta da herança, inclusive das tradições e costumes é definitivamente mais aceitável que esse “de fora” seja uma mulher, uma vez que ela não chega na condição de proprietária de terras. Assim o esforço que se faz, na verdade, é para que se dê a transmissão da terra de pai para filho e não de pai para filha. Para a maioria das mulheres, cabe a função de formar uma nova família, uma vez que ela, por não ser proprietária, não pode negociar a terra e como se não bastasse, os costumes levam-na a mudar da propriedade em que nasceu para acompanhar a vida do marido. Nos Bagres, porém, percebemos que alguns homens podem ir morar nas propriedades das mulheres, e que nem todas mulheres são obrigadas a vender suas heranças para somar o seu capital com o do marido e assim ele comprar suas próprias terras.

O que acontece normalmente é que com a venda da herança da mulher ao seu irmão, o valor obtido pode coincidir com o valor que o marido necessita para comprar a herança de sua própria irmã.

Quando da realização da pesquisa, foi possível perceber que as propriedades atuais têm quase todas a mesma origem, a herança, salvo alguns casos em que um vizinho compra a parcela do outro e recebe dele uma procuração que lhe garanta o seu novo pedaço de terras. De uma forma ou de outra, apesar do grande esforço contrário, a fragmentação não é evitada, trazendo situações em que as heranças, por um motivo ou outro não podem se tornar contínuas.

Nos Bagres, situações desse tipo ocorrem, assim como outras situações também podem ocorrer. Existe um caso, em especial, que nos chamou bastante atenção, entre o casal José Limírio e Aparecida, que chamaremos de JL e Ap e o casal Emídio e Ambrósia, que chamaremos de E e A apenas para evitar a repetição dos nomes. Aparecida (esposa de José Limírio) e Emídio são irmãos e José Limírio e Ambrósia são primos. As suas terras têm origem comum: a herança. Ap. casada com JL tem uma herança junto com a terra em que E seu irmão casado com A instalou sua residência. Ap. tem sua residência instalada numa propriedade que também por herança pertence ao marido. A tem herança junto a propriedade de JL que é seu primo (daí a vizinhança).

As 4 pequenas propriedades poderiam se tornar apenas duas. Tal possibilidade obteve a seguinte avaliação de JL: na verdade ficaria muito bom para mim e para E (cunhado), por que nossas terras ficariam juntas e conseqüentemente maiores, mas A (esposa de E) não vende nem troca sua parte na herança por que não quer perder o lugar em que foi criada, “lá foi onde meu pai me criou, não tenho coragem de vender”, diz A. Mesmo morando na terra do marido ela mantém uma relação de identidade com sua terra de herança. Para ela o valor sentimental de sua herança é mais importante de que o valor de troca ou uso.

Um outro caso ocorre com o morador Jamiro, casado, mas sua esposa não tem herança. Jamiro mora com sua família na parcela deixada por herança pelo pai - parcela esta que, por sua vez já era herança - mas trabalha na terra de sua mãe viúva em outra propriedade.

Recentemente comprou os direitos de herança de um primo que fora para a cidade de Vazante. Neste caso, não sendo possível unificar as pequenas parcelas de terra, Jamiro fica em constante vai e vem com o seu gado entre as pequenas unidades de produção.

Em outro caso não colocaremos os nomes completos para evitar exposição dos membros envolvidos. A complexidade da divisão das terras se manifesta da seguinte maneira: A é um filho adotivo de C falecido sem deixar testamento conhecido e que deixou descendentes. Assim ele não sabe ainda se legalmente tem direito à herança. Casou-se com VL e moram na terra de herança dela. A tem por herança materna um outro direito em outra propriedade. Assim A e a família trabalham em suas propriedades, ora produzindo alimentos, ora criando gado - nesse caso quando o rebanho é pequeno, a mulher se torna responsável por tal atividade, enquanto o marido está liberado para desenvolver atividades que complementem sua renda. Os três casos mostram que a fragmentação das propriedades traz alguns incômodos pelo fato de não poderem unificar suas pequenas parcelas de terra. Quaisquer dessas parcelas citadas, sozinhas não seriam suficientes para sua reprodução, mas mesmo não tendo continuidade física, o seu aproveitamento econômico se torna possível.

A herança mostra-se novamente uma instituição contraditória, pois primeiramente é o direito legítimo do descendente e em segundo lugar é ela a responsável pelo intenso fracionamento ou fragmentação da propriedade. Processo este que pode se tornar insustentável do ponto de vista econômico dependendo do tamanho do lote herdado. Quando o produtor percebe a inviabilidade da área ele acaba vendendo a um ou a outro irmão que adquire outros direitos hereditários e livra a propriedade da fragmentação, pelo menos até uma outra partilha, ou então, em comum acordo, os herdeiros vendem toda a gleba para outros que não sejam seus parentes.

É bom lembrar que tradicionalmente, essas transações ocorriam preferencialmente e quase obrigatoriamente entre os próprios membros da comunidade. Apenas no final da década de 1990 um morador de outra comunidade adquiriu uma pequena propriedade dentro do território dos Bagres. Segundo os produtores foi um caso atípico que não deverá acontecer tão cedo, uma vez que a maioria dos membros da comunidade tem forte identidade com o lugar. O interessante é que na primeira oportunidade de um membro da comunidade em adquirir esta gleba, isto ocorreu. No ano de 2008, após a conclusão da nossa pesquisa uma família do lugar voltou a ser proprietária da terra. Nesse caso atualmente não existem “estranhos” na comunidade.

Do mesmo modo que a herança provoca inevitavelmente a fragmentação da terra, tornando-a incapaz de fornecer o sustento a uma família, ela provoca como consequência a migração de parte dos moradores do lugar. Como foi observado, não existem regras bem definidas que estabeleçam antecipadamente quem continua como proprietário e aqueles que devam migrar. Podemos dizer que essas tomadas de decisão vão acontecendo referenciadas na sua cultura, de modo que seja possível perceber com o tempo as aptidões de cada um dos filhos. Apenas uma regra parece prevalecer, mas não de forma absoluta, como em vários outros lugares, quem se torna dono da terra é, geralmente, um dos filhos homens. Isso é possível porque nas comunidades camponesas, ao homem é imputado o trabalho no campo, nas terras do pai ou não. Assim ele vai acumulando, pouco a pouco, algumas reservas, podendo ainda casar-se, e sua esposa ter direito a alguma herança que será utilizada para aumentar o patrimônio do marido.

Com relação às filhas, quase sempre, não cabe a elas morar na propriedade, porque a tendência é que elas se casem, vendam seus direitos e vão morar nas terras onde a família de seu marido ou o próprio marido é o dono. Raramente o marido vem morar nas terras pertencentes à esposa. Nos três casos citados anteriormente apenas o morador A foi morar na propriedade de sua esposa VL.

No entanto, existem aqueles herdeiros que não têm muito interesse ou aptidão com o trabalho na terra; para esses a cidade se torna uma alternativa e eles migram na intenção de desenvolver atividades distintas daquelas que desenvolvia no campo, mesmo não tendo nenhuma qualificação profissional. Nas últimas décadas, e com as novas possibilidades de estudos e emprego na cidade, os jovens imprimiram um ritmo mais intenso às migrações.

Com o passar do tempo, a migração passa a não ser apenas uma alternativa frente ao crescimento populacional, tornando-se basicamente uma exigência devido à redução da oferta

de terras. Nos Bagres, o ciclo que começou com o crescimento populacional, promovendo a inevitável fragmentação da propriedade, termina com a migração dos mais jovens.

Diante disso, os pais pressentem a impossibilidade de sobrevivência para toda a família dentro de sua propriedade e acabam ficando sem saída frente à possibilidade de que um ou outro filho saia da terra para buscar outro destino. Renato Silva Queiroz (1983), em seu estudo sobre as populações negras no Vale do Ribeira, descreve situação semelhante: 'Moças e rapazes deixam cedo o povoado. Os primeiros partem muitas vezes para regiões distantes, atraídos pelos centros urbanos e por ocupações diferentes daquelas a que se dedicam os mais velhos'. E sobre os efeitos morais e sociais o autor afirma:

[...] não se trata de perder o controle sobre os filhos (...) mas sim da impossibilidade de sobrevivência dos mesmos junto aos pais, e destes últimos junto aos filhos, devido à rarefação, no contexto do bairro, das oportunidades de ganhar a vida, quer como lavradores autônomos, quer como trabalhadores assalariados (QUEIROZ, 1983, p.45).

Para o migrante da comunidade dos Bagres, existem opções nas cidades vizinhas como Vazante e Paracatu (MG), no caso de migrações ocorridas entre famílias inteiras; já os mais jovens, geralmente homens, vêem possibilidades de emprego em cidades como Brasília (Exército), em frentes de trabalho temporário nas grandes lavouras comerciais de feijão ou tomate nos municípios de Guarda-Mor e Paracatu-MG e em algumas empreiteiras que contratam mão-de-obra no município de Vazante.

Sabemos que a migração da comunidade não assegura a ele atividade diferente daquelas que ele já conhece; em muitos casos, ele sai à procura de emprego exatamente igual àquele que já desenvolvia. Assim o migrante acaba se instalando em fazendas vizinhas à comunidade exercendo funções de vaqueiro ou operador de máquinas, no caso o trator. Em quase 50% das casas visitadas, existem casos em que pelo menos um dos filhos tenha mudado para outras fazendas ou cidades.

A DIMENSAO DAS PROPRIEDADES NA COMUNIDADE DOS BAGRES

Analisando a propriedade da terra na comunidade, pudemos perceber a sua situação atual de intensa fragmentação. Apesar de já termos afirmado que, em determinada época, era possível até a rotação de terras, dada a sua disponibilidade. Os senhores Gustavo e Manoel Mendes da Silva afirmam que, quando jovens, iam da comunidade até a cidade de Vazante (35 KM) sem passar por uma porteira. Isso nos fez pensar em pelo menos três possibilidades: a primeira, é que as propriedades poderiam não ser divididas; a segunda, que realmente as propriedades tinham tamanho bastante superior ao que se percebe nos dias de hoje e a terceira que não eram desenvolvidas atividades econômicas que justificassem a divisão daquelas propriedades.

Durante a pesquisa de campo, visitamos as 58 propriedades. Destas 58 propriedades, 12 tem menos de 5 hectares, o que corresponde a 20,7% do total. Nesta faixa, algumas das propriedades não têm espaço suficiente para o desenvolvimento da atividade pecuária. A saída, muitas das vezes, é o dono trabalhar como assalariado permanente ou temporário nas fazendas do entorno. Em 8 propriedades o tamanho é entre 5 e 10 hectares, 14% de seu total. Nem sempre a renda auferida é suficiente para sustentar a família. Mais 8 propriedades têm área entre 15 e 20 ha, equivalente a 14% do total. Em 13 propriedades a área está entre 20 e 30 ha, sendo o equivalente a 22% do total. Neste caso o proprietário não necessita desenvolver atividades fora de sua propriedade para complementar sua renda. Há 6 propriedades com áreas superiores a 30 e inferiores a 40 ha, e correspondem a 10,3% do total. Já outras 5 têm entre 40 e 50 ha, 8,5% do total. Apenas 2 delas entre 50 e 80 ha, 3,5% do total e outras 2 entre 80 e 100 ha, 3,5%. Existem apenas duas destas propriedades com áreas superiores a 100 ha, não ultrapassando nunca os 140 hectares.

Em algumas daquelas propriedades que estão na primeira faixa - entre 0 e 5 hectares - estão os casos em que os filhos se casam e separam apenas um pedaço de terra para construir sua casa e quintal. Nessa faixa, encontramos situações em que o filho, apesar de casado, continua trabalhando na propriedade do pai. Em outros casos, a área extremamente reduzida se explica pelas sucessivas divisões por herança ao longo do tempo. É nesses casos que a terra não é trabalhada na perspectiva de se obter a subsistência, obrigando assim, o marido a trabalhar fora.

Quadro 1: Comunidade dos Bagres em Vazante MG – A dimensão das propriedades

Dimensão	Número	%
Até 5 hectares	12	20,5
Entre 6 e 10 hectares	8	14
Entre 11 e 20 hectares	8	14
Entre 21 e 30 hectares	13	22,3
Entre 31 e 40 hectares	6	10,2
Entre 41 e 50 hectares	5	8,5
Entre 51 e 80 hectares	2	3,5
Entre 81 e 100 hectares	2	3,5
Mais de 100 hectares	2	3,5

Organização: OLIVEIRA, Pedro M. de. (2004).

Como já afirmamos, os pequenos lotes de terra muitas vezes não são suficientes para garantir o sustento da família e, apenas para não passar em branco, muitas das propriedades, sejam das menores ou das médias de acordo com a classificação anterior, às vezes só conseguem produzir seu sustento porque parte dos filhos já migrou. Mas a tendência é que as propriedades acima de 20 hectares continuem a produzir o seu sustento, mesmo não estando descartada a necessidade de renda complementar. Existe ainda a possibilidade de alugar temporariamente pastagens em terras vizinhas para aumentar as possibilidades de ganho com o rebanho leiteiro.

Do total das propriedades, 46 desenvolvem a atividade pecuária como sua principal atividade econômica. Para isso utilizam ao máximo sua terra na formação de pastagens, silos ou forrageiras para alimentar o rebanho no período seco que vai do mês de maio a setembro. As propriedades que são, na maioria dos casos, consideradas pequenas, encontram-se ainda mais retalhadas com cercas que separam as pastagens das roças de milho, sorgo e forrageiras.

A utilização da terra por sucessivas gerações acabou por gerar uma quase total destruição da vegetação natural. Esta só pode ser encontrada em situações em que o solo é permanentemente encharcado, os brejos, como são conhecidos, as serras ou morros, cuja inclinação não permite a ação das máquinas ou ainda onde o solo é pedregoso, naturalmente improdutivo. As margens dos córregos são intensamente exploradas, visto que são nelas que aparecem as terras de cultura, reconhecidas de longa data pelo morador como as mais produtivas.

Os espaços ocupados com milho, arroz e feijão, produtos de primeira necessidade na dieta local, agora são utilizados como pastagem. As outras propriedades não desenvolvem tal atividade em função de seu espaço reduzido. Nas propriedades com até 5 hectares ocorrem os casos dos assalariados, comerciantes e de famílias carentes que necessitam ajuda da comunidade.

Devido à maior produtividade, aqueles que trabalham com o gado têm dado preferência ultimamente ao rebanho bovino de origem holandesa para a produção de leite, mesmo tendo que enfrentar alguns inconvenientes. Inconvenientes estes que decorrem da adaptação ao clima local, o que lhes acarreta mais gastos e cuidados com o rebanho. Nesses casos, a renda do proprietário vem do trabalho com o rebanho e a regularidade da mesma vai depender do destino final dado ao leite. Em geral há uma nítida preferência pela fabricação do queijo.

Tal preferência pode ser justificada pela liquidez que a mercadoria oferece. Com o queijo o dinheiro é disponibilizado semanalmente, enquanto o leite vendido às cooperativas só é pago mensalmente. Isso quando os produtores de leite não levam calotes por algumas dessas empresas que se aventuram no mercado e não conseguem cumprir compromissos assumidos com eles (foto 01).

Todos sabem que a opção pelo queijo é mais trabalhosa, mas permite ao morador aproveitar o subproduto. O soro do leite é utilizado na criação de suínos para consumo doméstico. Aliás esta é uma atividade desenvolvida tradicionalmente no município. Assim como cada quintal tem os seus pés de manga, laranja, mandioca e outros, tem também a criação de suínos para a sua subsistência.

Foto 1: Comunidade dos Bagres em Vazante MG – Produção caseira de queijo na propriedade do Sr. Jamiro Mendes



Autor: OLIVEIRA, Pedro M. de. (2004).

É unanimidade ouvir dos moradores que a renda do leite, seja qual for o tipo, é insuficiente para se manterem folgados, ou seja, para fecharem as contas ao final do mês ou ao final do ano. Ficam insatisfeitos com os elevados custos de produção e principalmente com a enorme diferença entre os preços do seu produto e os preços dos derivados do leite. Dizem frequentemente que: "tem muita gente ganhando dinheiro com o nosso leite". O que alivia a situação daqueles produtores é que, a cada ano, o rebanho produz uma manada de bezerras; produção esta que é aplicada na melhoria de sua terra, no pagamento de dívidas ou mesmo no aumento do seu rebanho.

No ano de 2003, por iniciativa dos moradores da comunidade, e se beneficiando do espaço público cedido pela escola e da energia disponível na instituição, instalaram um tanque de expansão para receber a produção leiteira da comunidade. A vantagem dá-se na união dos moradores, pois individualmente nenhum deles teria condições de adquirir e custear as despesas do equipamento. Na forma de consórcio essas despesas são divididas entre os beneficiários. Também individualmente a produção de cada um seria paga a um preço menor, mas com um volume maior de leite a empresa acaba garantindo um preço final maior.

A mão-de-obra utilizada na produção é exclusivamente doméstica. A propriedade não sendo grande e tendo os filhos como mão-de-obra, não há necessidade de contratação de pessoal de fora, os "peões". O peão, não tendo propriedade, vende sua mão-de-obra para os fazendeiros vizinhos. Ele pode ser contratado como trabalhador efetivo assumindo a responsabilidade com o gado leiteiro ou em outros tipos de tarefas pode ser contratado por dias de serviço. Durante a pesquisa, só foi observado um caso de contratação de mão-de-obra e isso de forma temporária.

Ao que pudemos perceber, não há uma idade considerada apropriada para o filho começar a desenvolver atividades na propriedade. Ele vai sendo lentamente iniciado no trabalho desde muito jovem, assim, no final de sua adolescência, ele já está apto a assumir os mesmos papéis de seu pai nas atividades produtivas, seja na agricultura ou na pecuária. Em casa, na unidade de consumo, ficam as mulheres. Do mesmo modo em que o filho se inicia no trabalho com o pai, a filha vai sendo também lentamente iniciada no trabalho doméstico com a mãe. Esta regra se altera em casos em que a família só tem filhas. Nessa circunstância elas podem assumir a produção, acumulando também as tarefas domésticas. Foi observado que no trabalho de ordenha, uma atividade típica do homem, em algumas situações em que a renda da família é pequena, a mulher é quem toma a frente juntamente com suas crianças.

Quando a família decide pela produção do queijo, geralmente são as mulheres que realizam tal atividade, como se vê na foto anterior. As crianças, mesmo antes dos dez anos, já lidam com o rebanho. Casos assim ocorrem quando o marido tem uma roça distante de sua casa, geralmente em outras propriedades; quando pega empreitadas em que são necessários dias seguidos de trabalho, como colheitas de milho e construção de cercas; quando ocorrem as Folias de Reis e o marido folião está fazendo o giro na comunidade ou mesmo quando ele tem de ir à cidade.

De acordo com os pais, o trabalho das crianças não segue horários rígidos ou disciplinados, e não coincide com o turno escolar e mesmo que seja a partir dos 10 anos de idade, não prejudica a vida na escola, já que utilizam apenas algumas horas do dia para o trabalho. Para atender a estes jovens a comunidade dispõe de uma escola municipal de Ensino Fundamental, Escola Pólo Municipal Emílio Alves Rios.

Em relação à exploração e ao uso da terra os proprietários garantem que há um retorno econômico, mesmo que seja às custas de muito trabalho conjunto da família. Ocorrendo tais retornos, os mesmos vão sendo aplicados em melhoramentos ou investimentos na propriedade. Tais investimentos se traduzem na possibilidade de aumentar a produção. O primeiro passo nesse sentido foi o de realizar desmatamentos para incorporar pastagens nas terras de cerrado. A substituição de pastagens naturais de pouco rendimento por sementes adaptadas ao clima tropical somadas com a incorporação das terras de cerrado foram decisivas nesse processo. Estes eventos iniciaram a partir do início da década de 1980, período que se iniciou a mecanização da agricultura junto com a utilização do calcário e a fertilização química dos solos. Um segundo passo direcionado também no sentido de aumentar a produção leiteira foi o cruzamento do antigo gado leiteiro da raça gir com a raça holandesa. Esses dois fatores permitiram, juntamente com a utilização da mão-de-obra familiar, realizar outras benfeitorias nas propriedades tais como: construção de novas casas e principalmente instalar, ou seja, “arrumar energia elétrica” na propriedade. Esta última é responsável pelo surgimento de um “outro mundo” dentro da comunidade. Trocar a luz de lamparina a querosene pela luz elétrica foi uma conquista inimaginável em anos anteriores, porém era uma novidade bastante desejada.

Durante a realização da pesquisa nos anos de 2003 e 2004 constatamos que era significativo o número de residências que já dispunham da energia elétrica. Do total das casas, cerca de 50% delas já tinham instalado energia. Em algumas propriedades, em que o pouco espaço não permite o desenvolvimento de uma atividade econômica que lhe permita contrair dívidas, a energia ainda não está disponível. Programas de financiamento, oferecidos por bancos oficiais e algumas cooperativas, parecem não atender às possibilidades econômicas de todos os moradores. Trabalhando novamente a comunidade no sentido de obter atualização do trabalho, constatamos que atualmente, todas as residências na comunidade foram atendidas pelo Programa Luz para Todos do Governo Federal com o apoio da Prefeitura local.

A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE DOS BAGRES

Durante a pesquisa, e já conhecendo em parte a realidade do parentesco das famílias, foi inserido um item no guia de entrevistas que mencionava diretamente o grau de parentesco entre os cônjuges. O resultado foi o que realmente se imaginava; em muitos casos, os cônjuges são primos. Do total de casas pesquisadas, encontramos 5 casos em que os cônjuges são primos em primeiro grau, ou seja, seus pais são irmãos. Em 11 casos, os cônjuges são primos de segundo grau, os avós são irmãos. Em 7 casos existe parentesco mais distante entre os cônjuges, o que na visão deles não é motivo para não se considerarem como parentes. O fato de vinte e três do total das casas terem cônjuges parentes não significa que o parentesco na comunidade seja limitado. Pois um membro de uma família tem relações de parentesco com quase todas as famílias da comunidade. Apenas alguns casos, em que a mulher ou o homem veio “de fora” fogem à regra do parentesco.

Existem propriedades onde os donos ainda se encontram solteiros, separados, alguns viúvos ou viúvas. Na comunidade é comum ouvir entre todos os moradores: “aqui todo mundo é parente” sendo também comum ouvir o mesmo por parte de qualquer pessoa que faça referência à comunidade. Tudo isso implica na construção de fortes laços familiares e de

identidade entre os negros dos Bagres. Tivemos oportunidade de acompanhar por alguns dias o giro da Folia de Reis e o mutirão que realizaram na comunidade em julho de 2003 e abril de 2004, respectivamente. Em tais ocasiões pudemos observar que os membros ali presentes têm relações de parentesco em comum. Tais laços são reconhecidos e tidos entre eles como sendo uma maneira de fortalecer a “consideração entre os conhecidos”.

Quadro 2: Comunidade dos Bagres em Vazante MG – O parentesco entre os cônjuges

Parentesco	Nº de casos
1º grau	5
2º grau	11
3º grau	7
Não tem	24
Viúvos	9

Organização: OLIVEIRA, Pedro M. de. (2004).

Quando analisamos as taxas de natalidade nos Bagres juntamente com os membros da comunidade, chegamos a uma conclusão óbvia mesmo não tendo nos utilizado de estatísticas. Os próprios moradores reconhecem que até as décadas de 1970 e 1980 as famílias eram muito mais numerosas do que aquelas que se formam atualmente.

As elevadas taxas de natalidade presenciadas por aqueles moradores até as décadas de 1970 e 1980, e que eram essenciais para promover a produção, não encontram mais justificativas na sua continuidade. Primeiro por que não são mais necessários tantos braços para produzir alimentos uma vez que parte da produção é mecanizada. Segundo por que atualmente os moradores já conhecem muitos dos métodos anticoncepcionais, antes desconhecidos, e tendem a evitar número elevado de filho.

Finalmente entendem que suas terras não lhes permitem mais fragmentação, porque provocaria a inviabilização econômica e a impossibilidade da reprodução da vida na comunidade. Reconhecem também que os custos de criação de uma família nos dias de hoje, parecem ser mais elevados de que em outras épocas.

Para os mais idosos, era muito mais fácil criar filhos, visto que a comida era produzida ali mesmo na propriedade, as roupas eram feitas de algodão produzido em casa, além disso, não existiam gastos com educação e transportes comuns nos dias de hoje. Diante desse novo tempo de transformações, as famílias tendem a se tornar menores.

Quadro 3: Comunidade dos Bagres em Vazante MG – O número médio de filhos por família

Nº de filhos	Quantidade	%
Até 1 filho	7	12,0
Entre 2 e 3 filhos	21	36,2
Entre 4 e 5 filhos	13	22,4
Mais de 5 filhos	12	20,6
Não tem filhos	5	8,6

Organização: OLIVEIRA, Pedro M. de. (2004).

É certo que o acesso à informação e as condições materiais não são iguais a todos os moradores da comunidade. Assim as famílias não seguem os mesmos ritmos na desaceleração das taxas de natalidade, são etapas de um longo processo que se iniciou na comunidade nos anos de 1980, mas que ainda não foi concluído, portanto é possível perceber ao mesmo tempo, famílias com poucos filhos e com proles numerosas.

O número de filhos por casal na comunidade dos Bagres tem reduzido nos últimos tempos. Das 53 famílias com filhos, 28 têm até 3 filhos. Segundo os próprios moradores, até a década de 1970 as famílias tinham até 10 filhos. Analisando o número de filhos por família, os índices se apresentam variados. Em sete das 58 casas visitadas os casais tiveram apenas um filho ou apenas um deles mora atualmente na comunidade enquanto outros já migraram. Esse número equivale a 12% das famílias da comunidade. Em 21 casas o número de filhos varia entre 2 e 3 filhos, corresponde a 36,2% do total das famílias. Em 13 casas há entre 4 e cinco filhos,

corresponde a 22,4% das famílias. Em 12 casas os filhos excedem a 5, o que equivale a 20,6% do total, chegando ao máximo de 8 filhos em apenas um caso.

Foto 2: Comunidade dos Bagres em Vazante MG – Família do Zé Ferreira



Autor: OLIVEIRA, Pedro M. de. (2003).

Mas convém reafirmar que os filhos que já migraram em definitivo da comunidade não foram computados como moradores da comunidade. Isso significa que as taxas de natalidade são ligeiramente superiores aos números apresentados acima. Ainda sem fazer comparações com dados estatísticos oficiais, mas apenas analisando o tamanho das famílias e ouvindo depoimentos, afirmamos que as taxas de natalidade tiveram quedas razoáveis nas últimas duas décadas.

Naquelas famílias constituídas nas décadas anteriores a 1970, é muito comum ver casos em que o número de filhos excede a dez filhos por casal. Como vem acontecendo em todo o país, o número de filhos por casal tem diminuído também na comunidade.

Observando o número de famílias em que já houve migração de filhos, os dados obtidos se justificam pelo tamanho das propriedades e das famílias. Em 27 casos foi constatado que pelo menos um filho já havia saído da comunidade. Em outros 27 casos nenhum dos filhos saiu de casa. Ao que pudemos observar, as famílias em que ocorreram tais migrações, os filhos já estavam na condição de formar a sua própria família. Dessa forma, é possível constatar que a terra na comunidade dos Bagres não suporta todos os filhos e que alguns têm logo que dispersar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragmentação contínua das terras da comunidade dos Bagres ocorre em razão de todos os filhos e freqüentemente tem provocado situações em que a renda da terra é insuficiente para o sustento da família, exigindo daquele pequeno proprietário, estratégias para manter sua relação com a terra e se manter como membro da comunidade dos Bagres.

O pequeno proprietário de terras na comunidade atualmente vive a possibilidade de reproduzir-se com sua família dentro da comunidade, mesmo que, em alguns casos, a sua terra não seja suficiente para lhe garantir tal reprodução. Para ele, ainda é melhor a segurança de estar ligado à terra podendo, na maioria das vezes, determinar o seu ritmo de trabalho. Mesmo que sua terra não garanta sua reprodução, ele prefere ser, ao mesmo tempo, proprietário e temporariamente assalariado no campo como forma de complementar a renda do que se tornar um assalariado na cidade desprovido de posses. E assim, segue o ritmo de vida dos moradores da comunidade dos Bagres, que diante da limitação do fator terra e da impossibilidade de expansão da propriedade, alguns migram em busca de melhores condições na cidade, outros assumem a postura de pequenos produtores ligados ao trabalho e a vida no campo.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R.; RAMALHO, J.R. **Campesinato goiano**. Goiânia: Ed.UFG, 1986.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Pedro M.de. **As heranças culturais e as relações de produção na Comunidade dos Bagres - Vazante-MG**. 2004. 199 f. Dissertação(Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

QUEIROZ, R. S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira**: um estudo sobre antropologia econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

SANTOS, R. J. **A produção camponesa virando negócio**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1993.